



Estado do Piauí Procuradoria Geral do Estado Centro de Estudos

Boletim Informativo nº 10 Teresina, Setembro de 2015

EXPEDIENTE

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Plínio Clerton Filho

PROCURADORIA DO PATRIM. IMOBILIÁRIO E MEIO AMBIENTE
Kátia Maria de Moura Vasconcelos

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS JURIDICOS
Kildere Ronne de Carvalho Souza

PROCURADORIA DE FISC. E CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
Raimundo Alves Ferreira Gomes Filho

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Fernando Eulálio Nunes

CONSULTORIA JURÍDICA
Florisa Daysée de Assunção Lacerda

CORREGEDOR-GERAL
João Batista de Freitas Júnior

PROCURADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Fernando do Nascimento Rocha

PROCURADORIA JUDICIAL
Luiz Gonzaga Soares Viana Filho

PROCURADORIA DO ESTADO PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS
Cid Carlos Gonçalves Coelho

PROCURADORIA TRIBUTÁRIA
Flávio Coelho de Albuquerque

CENTRO DE ESTUDOS
Alex Galvão Silva

O Centro de Estudos da PGE-PI, dentre suas atribuições legais, tem como missão editar e publicar “*boletins de informação doutrinária, legislativa e jurisprudencial*” (art. 22, III, da Lei Complementar nº 56/2005 c/c art. 52, III, da Resolução CSPGE nº 001, de 31.10.2014 - Regimento Interno). Para tanto, torna público o presente informativo, publicação mensal, contendo i) atualização legislativa; ii) ementário de pareceres; iii) seleção de jurisprudência; e, eventualmente, iv) doutrina. Ressalte-se que o informativo não constitui repositório oficial de jurisprudência e, em relação aos pareceres, não produz efeito vinculante.

I. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

I.1. LEIS E DECRETOS FEDERAIS

Emenda Constitucional nº 89, de 15.9.2015 - Dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. (Publicada no DOU 16.9.2015. [Clique aqui](#))

Emenda Constitucional nº 90, de 15.9.2015 - Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. (Publicada no DOU 16.9.2015. [Clique aqui](#))

Lei nº 13.163, de 9.9.2015 - Modifica a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. (Publicada no DOU de 10.9.2015. [Clique aqui](#))

Medida Provisória nº 689, de 31.8.2015 - Altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (Publicada no DOU de 31.8.2015 - edição extra. [Clique aqui](#))

Nota: a MP altera o Estatuto dos Servidores Federais, para incluir a seguinte regra no artigo 183, § 3º: “*Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da contribuição própria, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, acrescida do valor equivalente à contribuição da União, suas autarquias ou fundações, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais.*”

Medida Provisória nº 691, de 31.8.2015 - Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos. (Publicada no DOU de 31.8.2015 - edição extra. [Clique aqui](#))

I.2. LEIS E DECRETOS ESTADUAIS

Lei nº 6.680, de 6.7.2015 – Altera dispositivos da Lei nº 5.494 de 19 de setembro de 2005, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas – PPP e dá outras providências. (Publicada no [DOE nº 124](#), de 6.7.2015)

Nota: A ementa já foi citada no [Boletim Informativo nº 08](#), mas a lei foi republicada por incorreção no [DOE nº 177](#), de 18.9.2015.

Lei nº 6.704, de 10.9.2015 – Dispõe sobre a utilização de depósitos judiciais em dinheiro, tributários e não tributários realizados em processos vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, para o custeio da previdência social, o pagamento de precatórios e a amortização da dívida com a União. (Publicada no [DOE nº 171](#), de 10.9.2015)

Lei nº 6.705, de 14.9.2015 – Autoriza o Poder Executivo a outorgar mediante Concorrência Pública, através da Secretaria de Governo na figura da Superintendência de Parcerias e Concessões SUPARC, a concessão onerosa dos serviços de administração, operação e manutenção, incluindo exploração comercial, dos Terminais Rodoviários “Lucídio Portela” Município de Teresina, Terminal Rodoviário de Picos “Zuza Baldoíno” e Terminal Rodoviário de Floriano (Dr. Filadelfo Freire de Castro”, Estado do Piauí. (Publicada no [DOE nº 173](#), de 14.9.2015)

Lei nº 6.706, de 14.9.2015 – Institui o Projeto de Incentivo Educacional “Poupança Jovem do Piauí”, e dá outras providências. (Publicada no [DOE nº 173](#), de 14.9.2015)

Decreto nº 16.157, de 26.8.2015 – Aprova o Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado do Piauí. (Publicado no [DOE nº 161](#), de 26.8.2015)

Nota: conforme art. 35 Regimento, “*O Presidente e os demais membros do Conselho Penitenciário perceberão por sessão a que comparecerem uma gratificação por presença (JETON), cujo valor será equivalente a 6% (seis por cento) da remuneração do Secretário de Justiça*”. Há previsão, ainda, de gratificação equivalente a DAS-4, ao “*Diretor da Secretaria do Conselho*” (§ 2º).

Decreto nº 16.162, de 31.8.2015 – Aprova o Regimento Interno da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado do Piauí, contido no Anexo único deste Decreto. (Publicado no [DOE nº 165](#), de 1º.9.2015)

Decreto nº 16.182, de 14.9.2015 – Define o Programa Estadual de Incentivo à produção e utilização de madeira proveniente de florestas plantadas. (Publicado no [DOE nº 174](#), de 15.9.2015)

Decreto nº 16.186, de 17.9.2015 – Dispõe sobre a seleção interna para composição de Banco de Gestores Escolares para provimento dos cargos em comissão de direção e coordenação pedagógica das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências. (Publicado no [DOE nº 176](#), de 17.9.2015)